- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

Ouvir é um sentido e uma das ações humanas mais básicas e elementares na comunicação. Essa ação é bastante relevante quando se trata de responsividade e prestação de contas no âmbito da gestão pública. Na discussão sobre o modelo ideal de ouvidoria pública, a transparência, a autonomia e a promoção da participação e do controle social são centrais. Assim, para que as ouvidorias públicas cumpram seu papel no fortalecimento da democracia participativa e no aperfeiçoamento da gestão pública, é fundamental que os ouvidores exerçam suas atribuições com autonomia e independência.

O desenvolvimento das estruturas burocráticas do Estado gerou a necessidade de proteção de direitos dos cidadãos contra usos e abusos do poder público. A inexistência de controle efetivo e de penalidades aplicáveis aos serviços públicos enfraquece os ideais democráticos, limitando a influência dos cidadãos no funcionamento e na fiscalização das instituições do Estado e os expondo aos riscos potenciais da burocracia. Portanto, a autonomia das ouvidorias públicas está relacionada ao provimento de estruturas que possibilitem a prestação de contas à sociedade, com o objetivo de expor os erros governamentais e ativar o funcionamento das agências horizontais. Dessa forma, a ouvidoria tem o papel não de se contrapor ao órgão ou à entidade na defesa do cidadão, mas de garantir que a demanda da cidadania seja considerada e tratada, à luz das garantias constitucionais e legais, atuando no sentido de recomendar adequações necessárias ao efetivo funcionamento da administração pública.

Michelle Vieira Fernandez *et alii*. **Ouvidoria como instrumento de participação, controle e avaliação de políticas públicas de saúde no Brasil. Physis: Revista de Saúde Coletiva**, n.º 31, 2021 (com adaptações).

Questão 1

Conforme as ideias expressas no último período do primeiro parágrafo do texto CB1A1-I, o exercício das atribuições dos ouvidores com autonomia e independência é

Ⓐ um propósito para que as ouvidorias cumpram seu papel.
Ⓑ um motivo pelo qual as ouvidorias cumprem seu papel.
Ⓒ uma consequência de as ouvidorias cumprirem seu papel.
Ⓓ um requisito para que as ouvidorias cumpram seu papel.
Ⓔ um entrave para que as ouvidorias cumpram seu papel.

Questão 2

No segundo período do segundo parágrafo do texto CB1A1-I, o vocábulo "os", em "os expondo", remete a

Ⓐ "controle" e "penalidades".
Ⓑ "funcionamento" e "fiscalização".
Ⓒ "serviços públicos".
Ⓓ "ideais democráticos".
Ⓔ "cidadãos".

Questão 3

No segundo período do primeiro parágrafo do texto CB1A1-I, o substantivo "responsividade", criado a partir do adjetivo **responsivo**, veicula a ideia de capacidade de

Ⓐ reagir.
Ⓑ repreender.
Ⓒ ser competitivo.
Ⓓ ser competente.
Ⓔ ser responsável.

Questão 4

Cada uma das opções a seguir apresenta um trecho do segundo parágrafo do texto CB1A1-I seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta apresentada preserva a correção gramatical e o sentido do texto original.

Ⓐ "aos serviços públicos" (segundo período): **para os serviços públicos**
Ⓑ "ao efetivo funcionamento" (último período): **junto ao efetivo funcionamento**
Ⓒ "ao provimento" (terceiro período): **com o provimento**
Ⓓ "aos riscos" (segundo período): **nos riscos**
Ⓔ "no funcionamento" (segundo período): **ao funcionamento**

Questão 5

De acordo com as ideias expressas no segundo parágrafo do texto CB1A1-I, a atuação "no sentido de recomendar adequações necessárias ao efetivo funcionamento da administração pública" é uma atribuição

Ⓐ das agências horizontais.
Ⓑ do cidadão.
Ⓒ da cidadania.
Ⓓ da ouvidoria.
Ⓔ das garantias constitucionais e legais.

Questão 6

Em relação às ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

I As ouvidorias públicas são instâncias de defesa e proteção dos cidadãos.
II A necessidade de proteção dos direitos do cidadão contra o poder público motivou o desenvolvimento das estruturas administrativas do Estado.
III A autonomia das ouvidorias públicas se vincula à garantia de controle, pela sociedade, dos serviços públicos prestados.

Assinale a opção correta.

Ⓐ Nenhum item está certo.
Ⓑ Apenas o item II está certo.
Ⓒ Apenas o item III está certo.
Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 7

Mantendo-se as relações coesivas estabelecidas no segundo parágrafo do texto CB1A1-I, a expressão “Dessa forma” (último período) poderia ser corretamente substituída por

- Ⓐ Sobretudo.
- Ⓑ Logo.
- Ⓒ Entretanto.
- Ⓓ Além disso.
- Ⓔ Pois.

Questão 8

Considere a proposição P: “a menos que o sistema funcione, o servidor não entregará o trabalho”. Assinale a opção que apresente uma proposição equivalente a P.

- Ⓐ Se o sistema funcionar, o servidor entregará o trabalho.
- Ⓑ Se o sistema não funcionar, o servidor não entregará o trabalho.
- Ⓒ O servidor entregará o trabalho a menos que o sistema não funcione.
- Ⓓ O sistema funciona e o servidor entrega o trabalho.
- Ⓔ Quanto mais o sistema funcionar, mais trabalho o servidor entregará.

Questão 9

Considere a expressão $v = k \times p(1 - p)$, em que *v* corresponde a velocidade de propagação de uma notícia, sendo calculada a partir da relação entre a constante de proporcionalidade *k* e o percentual *p* de pessoas que possuem conhecimento da notícia. Caso a constante de proporcionalidade seja igual a 8 e a velocidade de propagação seja igual a 2, o percentual *p* de pessoas será equivalente a

- Ⓐ 10%.
- Ⓑ 90%.
- Ⓒ 25%.
- Ⓓ 50%.
- Ⓔ 75%.

Questão 10

A compra de dois computadores e um aparelho de televisão custou R$ 18.000,00 e a compra de um computador e dois aparelhos de televisão custou R$ 15.000,00. Considere que os computadores e os aparelhos de televisão são iguais para as duas compras. Com base nas informações apresentadas, a diferença entre o valor de um computador e um aparelho de televisão será de

- Ⓐ R$ 1.000,00.
- Ⓑ R$ 1.500,00.
- Ⓒ R$ 3.000,00.
- Ⓓ R$ 2.000,00.
- Ⓔ R$ 2.500,00.

Questão 11

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de *hardware* conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- Ⓐ Windows Update.
- Ⓑ Windows Defender.
- Ⓒ Gerenciador de tarefas.
- Ⓓ Gerenciador de dispositivos.
- Ⓔ Configurações de privacidade.

Questão 12

	A	B	C	D	E
1	Rodovias Pedagiadas				
2	N°	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-449/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9		Total de Contratos			

A figura precedente representa tabela editada no MS Excel, referente a contratos de rodovias com pedágio no estado de Mato Grosso.

Considerando a figura apresentada, é correto afirmar que, para que a quantidade de contratos que foram assinados no dia 15/12/2010 seja exibida na célula C9, o usuário deverá inserir, na célula, a fórmula

- Ⓐ `=SOMA(E3:E7;"15/12/2010").`
- Ⓑ `=CONT.SE(E3:E7;"15/12/2010").`
- Ⓒ `=CONT(E3:E7="15/12/2010").`
- Ⓓ `=CONT.VALORES(E3:E7; ="*2010").`
- Ⓔ `=TOTAL(E3:E7; ="*2010").`

Questão 13

O recurso do Google Chrome que permite aos usuários sincronizar as informações de agenda, *email* e contatos das contas de dispositivos móveis no computador é o

- Ⓐ Google *Sync*.
- Ⓑ Favoritos.
- Ⓒ Modo anônimo.
- Ⓓ Modo de navegação segura.
- Ⓔ Controle de guias.

Questão 14

Durante a primeira metade do século XX, o mundo passou por uma radicalização política que culminou em duas grandes guerras mundiais. Naquela época, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil expediu o seguinte ato: “Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa (...) de origem étnica semítica”.

Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, servidora do consulado brasileiro em Hamburgo, ignorou a ordem e continuou preparando vistos, permitindo que judeus buscassem refúgio no território brasileiro.

Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aracy agiu em desacordo com a ética e a moral, pois descumpriu expressa ordem administrativa emanada pela autoridade competente.
- Ⓑ A conduta de Aracy, muito embora justificada em preceitos éticos, caracterizou violação à moral pública, uma vez que foi de encontro à concepção dominante naquele período histórico.
- Ⓒ Para analisar-se se Aracy agiu com base em preceitos éticos, é necessário conhecimento sobre o código de ética vigente no serviço público da época.
- Ⓓ Ética e moral não servem de baliza para a análise da conduta de Aracy, pois suas ações deveriam se pautar estritamente pela legalidade.
- Ⓔ Ao ignorar a ordem, Aracy agiu segundo sua consciência e baseada em valores morais cuja importância superava a proibição administrativa.

Questão 15

No que se refere à ética na administração pública, assinale a opção correta.

- **A** A moralidade, no âmbito da administração pública, confunde-se com a prática administrativa reiterada e não impugnada pelos órgãos de controle.
- **B** Por se tratar de questão submetida ao domínio espiritual, preceitos morais não se aplicam à dinâmica administrativa.
- **C** O princípio hierárquico sobrepõe-se ao princípio da moralidade na administração pública.
- **D** Gestor investido em cargo de chefia que decida nomear cônjuge ou irmão para função gratificada a ele subordinada incorrerá em violação aos preceitos morais da Constituição Federal.
- **E** A moralidade administrativa, embora desejada, não é exigida no âmbito dos cargos eletivos, haja vista esses cargos estarem sujeitos a outras espécies de valores.

Questão 16

No âmbito do estado de Mato Grosso, a criação de comissão de ética é

- **A** obrigatória em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, e facultativa nos demais poderes, cabendo a ela unicamente exercer função normativa em caráter abstrato.
- **B** obrigatória em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como nos Poderes Legislativo e Judiciário, cabendo a ela orientar e aconselhar sobre a ética funcional do servidor.
- **C** facultativa em todos os poderes, cabendo a ela conhecer concretamente de atos passíveis de advertência ou censura ética.
- **D** facultativa em todos os poderes, cabendo a ela unicamente exercer função normativa em caráter abstrato.
- **E** obrigatória nos Poderes Executivo e Legislativo, cabendo a ela unicamente exercer função normativa em caráter abstrato.

Questão 17

Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 112/2002,

- **A** tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano material.
- **B** o trabalho desenvolvido pelo servidor público deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- **C** a moralidade da administração pública estadual se limita à distinção entre o bem e o mal.
- **D** nem toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual.
- **E** os fatos e atos verificados na vida cotidiana do servidor público não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Questão 18

A respeito da história de Mato Grosso, assinale a opção correta.

- **A** Os indígenas que habitavam o território mato-grossense antes da chegava dos colonizadores formavam um grupo étnico homogêneo, composto basicamente pelas tribos guaxis e caiapós.
- **B** Enquanto os ciclos econômicos mais curtos, do ouro e da borracha, localizavam-se ao sul do estado, os mais duradouros e geradores de maior riqueza, como da erva mate e da pecuária, encontravam-se no norte.
- **C** O desequilíbrio do dinamismo econômico no estado deu suporte para que reivindicações acerca da divisão de Mato Grosso fossem suscitadas pelos sulistas desde o Estado Novo, as quais foram concretizadas durante o regime militar.
- **D** O algodão foi o principal produto da economia do estado na Primeira República, período que apresentou dinamismo menor se comparado com o Império.
- **E** Durante as primeiras décadas do século XX, ocorreram alterações na economia da região, fase que marca o declínio da pecuária e dos seus derivados bem como o desenvolvimento da comercialização de produtos extrativos.

Questão 19

Considerando que o estado de Mato Grosso desempenha papel relevante no contexto brasileiro, assinale a opção correta.

- **A** Embora tenha pouca participação no Mercosul, a hidrovia Paraguai-Paraná desempenha papel relevante na integração da malha hidroviária do corredor Sul/Sudoeste.
- **B** O estado situa-se na região Norte do Brasil, porém fora da área considerada Amazônia Legal.
- **C** A exploração das regiões auríferas por garimpeiros e empresas teve historicamente baixo impacto na economia regional, majoritariamente voltada para a pesca e para a pecuária.
- **D** O estado do Mato Grosso constitui-se atualmente como grande entroncamento sul-americano, com ligações norte-sul e leste-oeste, pois está localizado em ponto estratégico entre as duas costas marítimas dos oceanos Atlântico e Pacífico.
- **E** O estado dispõe de malhas rodoviárias e hidroviárias bem desenvolvidas, mas ainda não dispõe de malhas ferroviárias.

Questão 20

Em relação aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de Mato Grosso, assinale a opção correta.

- **A** A Chapada dos Guimarães e as porções situadas em território mato-grossense das bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Araguaia e Guaporé são patrimônio municipal e a sua utilização ocorre atendendo a condições que assegurem a preservação do meio ambiente, exceto quanto ao uso de seus recursos naturais.
- **B** Com a expansão dos programas de modernização da agricultura nos estados do Centro-Oeste, em conjunto com as políticas públicas de crédito para investimento e custeio, nota-se um crescimento do produto agropecuário na região, tendo como principal vetor de expansão as culturas do café e da cana-de-açúcar.
- **C** A taxa de homicídios de jovens no estado está entre as cinco maiores do país.
- **D** Os planos diretores municipais podem dispor, em caráter facultativo, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.
- **E** Alguns elementos que podem influenciar os números da segurança pública no Mato Grosso envolvem desigualdades sociais, tráfico de drogas, posse de armas de fogo, disputa por terras, presença de garimpo ilegal e vasta região de fronteira.

Questão 21

Salto do Utiariti, Casa do Artesão, Cachoeira Véu de Noiva e Praça Barão do Rio Branco são referências turísticas e de lazer localizadas, respectivamente, em

- **A** Campo Novo dos Parecis, Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Cárceres.
- **B** Vila Bela de Santíssima Trindade, Cuiabá, Serra do Roncador e Jaciara.
- **C** Primavera do Leste, Rondonópolis, Chapada dos Guimarães e Sinop.
- **D** Jaciara, Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Rondonópolis.
- **E** Serra do Roncador, Lucas do Rio Verde, Campo Novo dos Parecis e Cuiabá.

Questão 22

É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previsto na Constituição Federal de 1988

- **A** a garantia do desenvolvimento nacional.
- **B** a soberania.
- **C** a dignidade da pessoa humana.
- **D** a cidadania.
- **E** o pluralismo político.

Questão 23

Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante

- **A** aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- **B** aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- **C** aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- **D** aprovação da população diretamente interessada e decreto do Poder Executivo.
- **E** aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

Questão 24

Os ministros de Estado serão escolhidos, entre brasileiros, pelo

- **A** presidente do Poder Legislativo, e devendo ser maiores de vinte e um anos de idade.
- **B** presidente da República, devendo ser maiores de trinta e cinco anos de idade.
- **C** presidente do Poder Legislativo, devendo ser maiores de dezoito anos de idade.
- **D** presidente da República, devendo ser maiores de vinte e um anos de idade.
- **E** presidente do Poder Legislativo, devendo ser maiores de trinta e cinco anos de idade.

Questão 25

De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso, todos têm direito a receber informações objetivas de interesse particular, coletivo ou geral, acerca dos atos e projetos do estado e dos municípios

- **A** depois de sua aprovação ou na fase de sua implementação.
- **B** depois da sua aprovação ou depois da sua fase de implementação.
- **C** antes de sua aprovação ou durante a fase de sua implementação.
- **D** antes de sua aprovação ou depois da sua fase de implementação.
- **E** quando o responsável direto pela sua autoria entender necessário.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 26

Quanto à garantia constitucional do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- **A** A ação de *habeas corpus* destina-se a atacar qualquer ato em processo penal.
- **B** Apenas advogados validamente inscritos na entidade de classe podem requerer *habeas corpus*.
- **C** *Habeas corpus* preventivo é aquele requerido após uma decisão judicial contrária ao direito.
- **D** Nem toda restrição à liberdade de locomoção justifica a concessão de *habeas corpus*.
- **E** Devido à sua necessária imparcialidade, os juízes não podem conceder *habeas corpus* por iniciativa própria, ou seja, de ofício.

Questão 27

Os partidos políticos

- **A** são equiparados a órgãos públicos no direito brasileiro.
- **B** devem submeter previamente à justiça eleitoral as decisões que alterem sua estrutura interna e definam o funcionamento de seus órgãos permanentes.
- **C** somente podem se constituir juridicamente após autorização do Ministério da Justiça.
- **D** devem atender a determinados requisitos da legislação para ter direito a recursos do fundo partidário.
- **E** podem ter abrangência apenas regional, restrita a alguns estados da Federação, a fim de defender interesses específicos.

Questão 28

Em relação aos municípios, assinale a opção correta.

- **A** Devido à autonomia dos municípios como entes da Federação, a câmara municipal pode livremente fixar o valor do subsídio dos vereadores, desde que respeite o equilíbrio orçamentário.
- **B** Devido ao impacto da criação de município na divisão de recursos federais, criá-los depende, entre outros requisitos, da aprovação de lei federal.
- **C** Cabe aos municípios apoiar financeiramente as denominações religiosas com maior adesão da população local.
- **D** Em concursos públicos para cargos em órgão da administração pública municipal, os residentes no município onde o órgão possuir sede podem receber adicional de pontuação.
- **E** Compete aos municípios, além de União e Estados-membros da Federação, a proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural, de monumentos, de paisagens naturais notáveis e de sítios arqueológicos.

Questão 29

No atinente às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), assinale a opção correta.

- **A** As CPIs têm poderes de investigação próprios de juízes e podem praticar todos os atos que juízes podem decidir em investigações criminais.
- **B** A garantia constitucional contra autoincriminação também se aplica às CPIs, de modo que pessoas intimadas para prestar depoimento podem calar, a fim de não produzir prova contra si.
- **C** Quaisquer fatos podem ser investigados por CPI, quer tenham natureza preponderantemente jurídica ou política.
- **D** Devido à natureza anômala das CPIs frente à função legislativa, não se garante a imunidade aos parlamentares que as integram, enquanto nelas atuarem.
- **E** As CPIs podem ter a duração necessária à conclusão das investigações pertinentes ao objeto que lhes haja dado causa.

Questão 30

No que tange à organização e às competências do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- **A** As causas de competência do Poder Judiciário iniciam-se perante a primeira instância e, se atendidos certos requisitos processuais, podem chegar à última instância, que corresponde ao Supremo Tribunal Federal.
- **B** Julgar litígios concretos entre indivíduos não é a única função do Poder Judiciário, o qual pode também anular normas produzidas pelo Legislativo.
- **C** O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe o controle externo dos magistrados judiciais.
- **D** Metade dos membros do Conselho Nacional de Justiça é de juízes e juízas e a outra metade divide-se entre advogados e integrantes do Ministério Público.
- **E** Os crimes contra os direitos humanos devem ser julgados pela Justiça Federal.

Questão 31

Relativamente ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- **A** Na atividade-fim da instituição, os membros do Ministério Público não se sujeitam a interferência de outras autoridades, mesmo do procurador-geral, chefe da instituição.
- **B** Nos locais onde a União não possuir órgão de representação, essa função cabe, excepcionalmente, ao Ministério Público Federal.
- **C** Mesmo após a aposentadoria, membro inativo do Ministério Público não pode exercer atividade política.
- **D** Em virtude do princípio da unidade, todos os ramos do Ministério Público consideram-se um só órgão, sob chefia do procurador-geral da República.
- **E** Em virtude da garantia de inamovibilidade, em nenhum caso um membro do Ministério Público pode ser transferido de sua lotação contra sua vontade.

Questão 32

Com referência à ação direta de inconstitucionalidade (ADI), assinale a opção correta.

- **A** Nas ADIs, a figura do *amicus curiæ* não tem a função de defender a constitucionalidade da norma infraconstitucional.
- **B** O controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal restringe-se à ADI e a outras ações de controle concentrado.
- **C** Os legitimados pela Constituição da República para ajuizar ADI podem propô-la para discutir a constitucionalidade de qualquer norma federal em face da Constituição.
- **D** Para que o Supremo Tribunal Federal conceda medida liminar em ADI, o requisito decisivo é a presença de perigo no processamento da ação (o chamado *periculum in mora*).
- **E** O Supremo Tribunal Federal não pode conceder medida liminar em ADI sem manifestação prévia do procurador-geral da República.

Questão 33

No que se refere à reforma agrária, assinale a opção correta.

- **A** Apenas a União pode desapropriar imóveis rurais.
- **B** O respeito às normas ambientais pode gerar aplicação de multas a proprietários rurais, mas não é aspecto relevante para fins de reforma agrária.
- **C** Aplica-se ao processo administrativo de desapropriação para fins de reforma agrária a garantia do devido processo legal, que abrange notificação ao proprietário antes do ato de desapropriação.
- **D** Qualquer propriedade rural improdutiva que não cumpra sua função social é passível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- **E** Caso um imóvel seja desapropriado para reforma agrária, o pagamento integral de seu valor atualizado deve ocorrer antes de o poder público se imitir na posse do bem.

Questão 34

A autorização

- **A** é um ato vinculado.
- **B** é um ato declaratório.
- **C** é um ato precário.
- **D** deve ser precedida de indenização prévia ao prejudicado pelo ato.
- **E** deve ser precedida de licitação.

Questão 35

No que diz respeito aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- **A** Não é possível a celebração de contrato de parceria público-privada para a prestação de serviços públicos por período inferior a cinco anos.
- **B** A concessão do serviço público por intermédio de parceria público-privada deve ser precedida de procedimento de licitação na modalidade leilão.
- **C** Ao poder público é vedada a formalização de parceria com sociedade civil estrangeira.
- **D** Em caso de inadimplência, por três meses seguidos, de usuário de serviço público, o serviço poderá ser suspenso sem comunicação prévia da suspensão.
- **E** A manifestação do usuário de serviço público perante a ouvidoria do órgão ou da entidade responsável deverá conter os motivos determinantes e motivadores.

Questão 36

Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- **A** A permissão de uso com natureza de ato administrativo (precária e revogável) deve ser submetida a licitação prévia.
- **B** A modalidade de licitação pregão deve ser utilizada para contratações de obras.
- **C** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para a assessoria jurídica da administração, à qual incumbirá fazer o controle de legalidade *a posteriori* mediante análise jurídica da contratação.
- **D** O contrato administrativo é um contrato de adesão, e, finda a licitação, o ganhador é convocado para assinar o contrato.
- **E** Apenas os interessados na licitação poderão apresentar impugnação ao edital.

Questão 37

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- **A** O tombamento tem por objeto bens imóveis que tenham interesse cultural ou ambiental para a preservação da memória, mas não deve ser aplicado a bens móveis.
- **B** A desapropriação é um ato que suprime o direito de propriedade em razão da conduta de culpa do proprietário.
- **C** A utilização, pelo poder público, de uma escola privada, para a instalação de zonas eleitorais, configura limitação administrativa.
- **D** Nos casos em que houver a requisição administrativa, o proprietário do bem que sofrer a requisição terá direito a uma indenização posterior, independentemente de o bem ter ou não sofrido dano.
- **E** A servidão administrativa consiste no direito real de gozo, de natureza pública, sobre imóvel de propriedade alheia.

Questão 38

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- **A** Em caso de explosão que cause danos a terceiros em estabelecimento comercial que comercialize clandestinamente fogos de artifício, a responsabilidade civil do Estado será subjetiva, por ausência de fiscalização específica.
- **B** No caso de um suposto erro médico em hospital público, respaldado pela omissão administrativa, a responsabilidade civil do Estado passa a ser subjetiva.
- **C** Caso foragido do sistema prisional dirigindo veículo em alta velocidade colida com um terceiro e cause-lhe dano, a responsabilidade do Estado será objetiva, devendo o Estado indenizar a vítima.
- **D** Quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, o Estado somente será responsabilizado se houver comprovação de omissão do ente público.
- **E** Em caso de concurso público organizado por instituição privada ser cancelado por indícios de existência de fraude, o Estado estará isento de ressarcir qualquer dano causado aos candidatos.

Questão 39

Quanto aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- **A** O poder de polícia não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta.
- **B** Poder hierárquico é o concedido aos chefes dos Poderes Executivos, para expedirem decretos e regulamentos.
- **C** Em se tratando de poder vinculado, o administrador público não possui margem decisória, devendo praticar o ato da forma como está prevista em lei.
- **D** Um agente público superior pode optar por aplicar ou não uma sanção disciplinar, ainda que fique comprovada a infração pelo servidor.
- **E** Município pode fixar o horário bancário que melhor lhe aprouver, em decorrência do seu poder regulamentar.

Questão 40

A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- **A** O controle de mérito do ato administrativo é realizado pelo Poder Judiciário.
- **B** A consulta pública é exemplo de controle exercido pelo Poder Legislativo.
- **C** A aplicação da sanção prevista em lei ao responsável por ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas é um exemplo de controle realizado pelo Poder Judiciário.
- **D** Um exemplo de controle realizado pelo Poder Legislativo é a possibilidade de o Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem seu poder regulamentar.
- **E** O controle interno é exercido quando a administração é provocada, por meio de petições ou recursos administrativos, não podendo ser exercido de ofício.

Questão 41

De acordo com a Lei estadual n.º 7.692/2002, que disciplina as regras do processo administrativo na administração pública no estado do Mato Grosso, assinale a opção correta.

- **A** Um órgão administrativo não poderá delegar sua competência a outros órgãos.
- **B** O ato administrativo poderá ser convalidado mediante indenização prévia, mesmo quando resulte em prejuízo a terceiro.
- **C** A administração pública estadual poderá se recusar a protocolar uma petição, desde que fundamente, de forma específica, a justificativa para tal recusa.
- **D** O indeferimento da alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, o qual terá efeito suspensivo.
- **E** A autoridade ou o servidor que tiver algum motivo de impedimento deve comunicar tal fato à autoridade competente, constituindo falta grave, para efeitos disciplinares, a omissão do dever de comunicar o impedimento.

Questão 42

Lei federal nova poderá entrar em vigor no Brasil

- **A** na data da sua publicação, desde que não verse sobre direitos individuais ou políticos.
- **B** no prazo de quarenta e cinco dias após a data da sua publicação, desde que verse sobre direitos eleitorais ou políticos.
- **C** na data da sua publicação, caso o presidente da República assim disponha no ato da sua sanção.
- **D** na data da sua publicação, caso o presidente do Congresso Nacional demonstre a necessidade da sua vigência imediata.
- **E** no prazo de um ano após a sua publicação, caso haja previsão legal na própria lei que a tiver instituído.

Questão 43

A desconsideração da personalidade jurídica poderá se estender

- **A** a qualquer dos seus sócios, mesmo aqueles que não pratiquem ato de gestão.
- **B** apenas ao administrador, independentemente de ser ou não ser sócio.
- **C** aos sócios administradores e aos sócios que concorrem para a prática de atos configuradores do abuso da personalidade jurídica.
- **D** a qualquer pessoa que exerce poder de gestão, inclusive o administrador empregado.
- **E** a todos aqueles que concorrem para a prática de atos configuradores do abuso da personalidade jurídica, inclusive o administrador empregado.

Questão 44

A assunção de dívida

- **A** independe da anuência do credor em qualquer caso.
- **B** depende da anuência do credor em qualquer caso.
- **C** depende da anuência do credor tão somente no caso do novo devedor ter idade superior a setenta anos.
- **D** independe da anuência do credor nos caso de o patrimônio do novo devedor ser dez vezes superior ao valor da dívida por ele assumida.
- **E** depende exclusivamente do ajuste de vontade a ser firmado entre o devedor originário e o novo devedor.

Questão 45

Suponha que Álvaro tenha assumido o compromisso de cumprir uma obrigação alternativa e, antes do prazo estipulado, tenha se tornado impossível o cumprimento da obrigação assumida, sem que ele tenha concorrido para tal. Nessa situação hipotética,

- **A** extinguir-se-á a obrigação sem qualquer responsabilização civil por parte de Álvaro.
- **B** o beneficiário da obrigação poderá exigir indenização equivalente ao valor da obrigação de maior valor, mas não poderá exigir dano moral.
- **C** o beneficiário da obrigação poderá exigir indenização equivalente ao valor da obrigação que lhe aprouver mais dano moral.
- **D** o beneficiário da obrigação poderá exigir que terceiro cumpra de outro modo qualquer das obrigações assumidas, às expensas de Álvaro.
- **E** é devida indenização ao beneficiário da obrigação, além de eventual dano moral, mas cabe a Álvaro definir qual das obrigações será objeto de indenização.

Questão 46

Maria pretende firmar um contrato de usufruto com sua irmã Clotilde. Sua intenção é conceder por cinco anos o usufruto de todo o seu patrimônio, constituído de um imóvel rural contendo a casa aonde reside com seus filhos, além de plantações e toda a criação de gado bovino constante do imóvel.

A respeito da possibilidade de que tal contato seja firmado, assinale a opção correta.

- **A** Não há nenhum óbice jurídico quanto a formalização do contrato.
- **B** O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a concessão de usufruto de animais.
- **C** O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a formalização de usufruto entre irmãos.
- **D** O contrato não pode ser firmado nessas condições, pois é vedada a concessão de usufruto de animais e da residência do nu-proprietário.
- **E** O contrato não pode ser firmado nessas condições, seja em decorrência do limite excessivo do tempo pactuado, seja fato de ser vedada a concessão de usufruto de todos os bens do nu-proprietário.

Questão 47

Considere que Bruno tenha firmado um contrato com determinado banco no qual se obrigou a pagar quantia certa em 36 prestações mensais e sucessivas, tendo dado em garantia pignoratícia um relógio avaliado no valor da obrigação assumida. Nessa situação hipotética,

- **A** Bruno poderá exigir que, enquanto perdurar a obrigação principal, a coisa empenhada permaneça em seu poder, podendo o banco exigir a sua custódia somente em caso de inadimplemento total da obrigação.
- **B** a custódia da coisa empenhada deve permanecer em poder de Bruno, mas, em caso de inadimplemento de qualquer das prestações, o banco poderá exigi-la.
- **C** o banco tem o direito de custodiar a coisa empenhada, mas, após o cumprimento de oitenta por cento da obrigação principal, Bruno poderá exigir a sua restituição.
- **D** a custódia da coisa empenhada será atribuída às partes contratantes, mas, em caso de sua perda ou deterioração, o ônus será suportado pelo garantidor Bruno.
- **E** durante o tempo da garantia, o banco será obrigado a custodiar a coisa empenhada, mas, em caso de sua deterioração, não será responsabilizado, salvo se ele concorrer para sua ocorrência.

Questão 48

Gustavo passeava no parque com o seu cachorro quando então se distraiu e o animal escapou e atacou Flávio, causando-lhe diversos ferimentos graves, além de ter deixado cicatrizes por todo o seu corpo.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca de responsabilidade civil.

- **A** Gustavo não poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos suportados por Flávio.
- **B** A responsabilidade civil de Gustavo se restringe às despesas com o tratamento médico decorrentes dos ferimentos sofridos.
- **C** A responsabilidade civil de Gustavo recai exclusivamente sobre as despesas com o tratamento médico e aos lucros cessantes decorrentes das lesões.
- **D** A responsabilidade civil de Gustavo se estende sobre toda a extensão do dano suportado por Flávio, incluindo-se as despesas com o tratamento médico decorrentes dos ferimentos sofridos, os lucros cessantes e danos morais.
- **E** A responsabilidade civil poderá recair sobre Gustavo, desde que seja configurado o seu dolo.

Questão 49

Roberto e Francisco firmaram um contrato de compra e venda de um veículo, por meio do qual Francisco se comprometeu a cumprir a obrigação em dez parcelas mensais e consecutivas. Após o cumprimento da terceira parcela Francisco se tornou inadimplente.

Nessa situação hipotética, Roberto

- **A** não poderá exigir o cumprimento das parcelas inadimplidas, embora possa pedir a resolução do contrato.
- **B** poderá exigir-lhe o cumprimento das parcelas inadimplidas acrescidas de indenização por perdas e danos, mas não poderá pedir a resolução do contrato.
- **C** poderá pedir a resolução do contrato ou exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, cabendo, em qualquer dos casos, cumular pedido de indenização por perdas e danos.
- **D** poderá pedir a resolução do contrato e exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, além de cumular com pedido de indenização por perdas e danos.
- **E** não poderá pedir a resolução do contrato nem exigir o cumprimento integral da obrigação pactuada, podendo pedir apenas indenização por perdas e danos.

Questão 50

No que se refere aos direitos decorrentes das relações de consumo, julgue os itens a seguir.

I Para efeito de relação de consumo, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito privado estrangeiras não podem ser consideradas fornecedores.
II As empresas privadas concessionárias de serviços públicos se submetem às normas de proteção ao consumidor.
III É vedado aos fornecedores colocar no mercado de consumo qualquer tipo de produto que possa acarretar risco à saúde ou à segurança dos consumidores, independentemente da natureza do produto.
IV Constitui prática abusiva a ação do fornecedor que envia ao consumidor produtos sem prévia solicitação, equiparando-se às amostras grátis os produtos remetidos ao consumidor sem a sua solicitação, de modo que inexiste obrigação de pagamento.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas os itens I e II estão certos.
- **B** Apenas os itens I e III estão certos.
- **C** Apenas os itens II e IV estão certos.
- **D** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- **E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 51

No que se refere aos contratos, julgue os itens a seguir.

I Nas relações contratuais é vedado aos contratantes disporem sobre a herança de pessoa viva.
II Diz-se comutativo aquele contrato caracterizado pela incerteza e imprevisibilidade, em que as partes não são capazes de antever os seus efeitos e, por esse motivo, constitui um contrato de risco para as partes.
III Nos contratos de compra e venda, se os contratantes não dispuserem de modo diverso, o comprador responde por todos os débitos que gravem sobre a coisa adquirida até o momento da tradição.
IV No contrato de doação, o doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, mas não poderá estabelecer cláusula de reversão em favor de terceiro.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas os itens I e II estão certos.
- **B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- **C** Apenas os itens II e III estão certos.
- **D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- **E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 52

No que se refere às pessoas jurídicas, julgue os itens a seguir.

I Os direitos da personalidade não se estendem às pessoas jurídicas de direito privado.
II As organizações religiosas e os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
III As associações são pessoas jurídicas de direito privado constituídas pela união de pessoas que se organizam com o objetivo de promover atividades sociais, culturais ou esportivas, com ou sem fins econômicos.
IV As fundações de natureza privada podem ser instituídas por escritura pública e podem se destinar à promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Assinale a opção correta.

- **A** Apenas os itens I e II estão certos.
- **B** Apenas os itens I e III estão certos.
- **C** Apenas os itens II e IV estão certos.
- **D** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- **E** Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 53

Ajuizada ação monitória para obter a constituição de título executivo judicial em relação a notas fiscais de venda de produtos realizada a determinada empresa, foram opostos embargos monitórios, e, após a impugnação, o julgamento foi convertido em diligência para que a parte regularizasse a sua representação processual no prazo de dez dias, considerando-se que a procuração fora outorgada por pessoa jurídica diversa da demandada. A parte apresentou procuração outorgada pela pessoa física que representa a referida empresa, razão pela qual foi decretada a revelia e constituído o título executivo judicial no valor total das notas fiscais apresentadas pelo demandante. A parte sucumbente interpôs recurso de apelação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- **A** A ausência de impugnação específica dos fundamentos da sentença recorrida apelada, caracterizada pelo não direcionamento da argumentação contra os fundamentos adotados na decisão, a sua vaga discussão ou a repetição de argumentos usados em outras fases do processo, não impede o conhecimento do recurso de apelação.
- **B** A petição inicial da ação monitória deve ser instruída com o comprovante de pagamento das custas iniciais, não se admitindo a juntada posterior para atender esse requisito de validade intrínseco ao processo, razão pela qual o recurso de apelação deve ser provido para anular o processo e indeferir a petição inicial.
- **C** O não cumprimento de determinação judicial para regularização de representação processual pelo réu impõe a decretação de revelia.
- **D** A presunção de veracidade dos fatos que decorre da revelia impõe o acolhimento de todos os pedidos formulados na petição inicial.
- **E** A citação válida realizada em processo anteriormente extinto por ausência de interesse processual não interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da ação monitória.

Questão 54

Relativamente às demandas coletivas no sistema processual vigente, assinale a opção correta.

- **A** A sentença de improcedência prolatada em sede de ação civil pública não se sujeita ao reexame necessário.
- **B** A decisão que indefere, em sede de ação popular, a realização de prova pericial se enquadra entre as passíveis de impugnação por meio da interposição de agravo de instrumento.
- **C** Não se pode presumir a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita quando o pedido formulado pela parte não tiver sido expressamente indeferido por decisão fundamentada.
- **D** Os sindicatos, quando no polo ativo de ações coletivas, atuam na qualidade de substitutos processuais, amparados em legitimação extraordinária, defendendo, em nome próprio, o direito de todos os integrantes da categoria profissional substituída, independentemente de autorização expressa para o ajuizamento da demanda.
- **E** Não é possível a realização do controle de constitucionalidade em sede de ação popular.

Questão 55

No que se refere a liquidação e cumprimento de sentença, assinale a opção correta.

- **A** São alternativamente competentes para processar e julgar a liquidação e a execução individual de sentença coletiva o foro no qual tramitou a ação de conhecimento, sem prevenção do juízo que julgou a demanda coletiva; o foro do domicílio do exequente; o foro do atual domicílio do executado e o foro onde se localizam os bens do executado sujeitos a expropriação.
- **B** Os critérios de elaboração dos cálculos fixados em sede de liquidação não estão cobertos pela preclusão.
- **C** O acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença não autoriza a fixação de honorários de sucumbência em favor do advogado do devedor.
- **D** O pronunciamento judicial que julga a impugnação ao cumprimento de sentença, sem, contudo, extinguir o processo, externando veredicto de procedência, desafia a interposição de recurso de apelação no prazo de quinze dias.
- **E** A impenhorabilidade de até quarenta salários mínimos restringe-se a quantia depositada em caderneta de poupança.

Questão 56

No que concerne ao processo civil brasileiro vigente, assinale a opção correta.

- **A** Sob pena de nulidade, o juiz que concluir a instrução do processo deverá julgar a lide.
- **B** A vedação à decisão surpresa se aplica à análise dos requisitos de admissibilidade recursal.
- **C** A nulidade da falta de intimação da defensoria pública independe da demonstração do prejuízo.
- **D** O Ministério Público não possui legitimidade recursal nos processos em que atua como *custos legis.*
- **E** A irreversibilidade dos efeitos da decisão impede, em regra, a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.

Questão 57

Considerando o trâmite de uma ação submetida ao procedimento comum relativa a danos materiais suportados pelo demandante, assinale a opção correta.

- **A** No caso de julgamento antecipado da lide, a ausência de designação de audiência de conciliação e mediação constitui nulidade.
- **B** A emenda da petição inicial, presente vício sanável ou insanável, não constitui direito subjetivo do autor.
- **C** Alegada, na contestação, ilegitimidade passiva, o juiz facultará ao autor a alteração da petição inicial, em quinze dias, para substituição do réu.
- **D** Constitui julgamento *ultra petita* a correção de ofício do valor da causa.
- **E** O não comparecimento injustificado da parte ou de seu representante legal à audiência de conciliação constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo ser sancionado com multa, mediante decisão agravável de instrumento.

Questão 58

Considerando a fase de conhecimento, a fase recursal e a fase executiva de um processo cível, assinale a opção correta.

- **A** Assegurada a ampla dilação probatória requerida pelas partes, não se configura o cerceamento de defesa a sentença que julgar improcedente a ação por deficiência de elementos probatórios dos fatos narrados na petição inicial.
- **B** A homologação de acordo extrajudicial versando sobre direitos disponíveis, com vistas a extinguir a demanda judicial, requer a representação de advogado regularmente constituído.
- **C** Notas promissórias emitidas como instrumento de garantia *pro solvendo* em contrato de *factoring* constituem títulos executivos extrajudiciais líquidos, certos e exigíveis.
- **D** É lícito ao locatário, em sede de contrarrazões, deduzir pedido de afastamento da necessidade de pagamento de caução para cumprimento provisório da sentença.
- **E** É vedado ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo multitudinário.

Questão 59

Considerando as regras procedimentais especiais, inclusive aquelas referentes às ações coletivas, assinale a opção correta.

- **A** A legitimidade extraordinária ativa de entidade associativa para a propositura de ação coletiva prescinde de autorização expressa dos substituídos.
- **B** Os atos administrativos passíveis de controle mediante ação popular são aqueles tipicamente individuais, que traduzem uma lesão concreta e imediata, de forma que seja plenamente identificada a possibilidade de reversão com a procedência da ação.
- **C** Excepcionalmente, admite-se o manejo da ação popular para a impugnação de norma geral e abstrata.
- **D** Caracteriza *reformatio in pejus* a alteração, em sede de reexame necessário, do índice de correção monetária fixado na sentença que tenha julgado ação civil pública.
- **E** Na ação de consignação em pagamento, é do devedor o ônus da prova da recusa injustificada em receber a obrigação, seja por ação, seja por omissão.

Questão 60

Considerando o arcabouço processual civil vigente relativo a fase recursal, executiva e de conhecimento, assinale a opção correta.

- **A** O reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- **B** Há deserção do recurso especial se, intimada a comprovar o tempestivo recolhimento do preparo ou efetuar o seu pagamento em dobro, a parte permanecer inerte.
- **C** A decisão de julgamento imediato parcial do mérito deve ser impugnada por meio de recurso de apelação.
- **D** No âmbito do processo eletrônico, defere-se aos litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, a contagem em dobro dos prazos para todas as manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- **E** Cabe agravo da decisão do relator que indefere o pedido de ingresso do terceiro na condição de *amicus curiae.*

Espaço livre